

DESENVOLVIMENTO DO PENSAMENTO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Agemir Bavaresco *

A guerra e a paz são um problema permanente para a teoria das Relações Internacionais (RI)¹. Vejamos as quatro tradições teóricas mais tratadas nas RI: o liberalismo, o realismo, a sociedade internacional e a Economia Política Internacional (EPI).

1. Liberalismo utópico: o estudo inicial de RI

A 1ª Guerra Mundial (1914-18) foi o impulso decisivo para se consolidar o estudo acadêmico de RI com o objetivo de não permitir a repetição de tantas mortes. A questão é: Por que o pensamento acadêmico das RI, no seu começo, foi influenciado pelo liberalismo? Em 1917, os Estados Unidos ao entrarem na guerra determinaram a vitória dos aliados (Grã-Bretanha e França) contra a Alemanha, Áustria e Turquia. O presidente dos EUA, na época, W. Wilson, declarou em discurso ao Congresso em prol da Declaração da Guerra, em 1917, o seguinte: “O mundo deve se tornar seguro para a democracia”. Suas propostas, através de um programa de 14 pontos, influenciaram a Conferência de Paz em Paris com a finalidade de instituir uma nova ordem internacional a partir das ideias liberais. O presidente Wilson propôs o término da diplomacia secreta, ou seja, os acordos devem estar abertos ao público; liberdade de navegação nos mares e as barreiras ao livre comércio devem ser retiradas; os armamentos reduzidos em consonância com a segurança doméstica; reivindicações coloniais e territoriais devem ser solucionadas com base no princípio de autodeterminação dos povos; e a criação de uma associação de nações para garantir a independência política e a integridade territorial de grandes e pequenas nações. Este ponto resultou na criação da Liga das Nações, implementada pela Conferência de Paris, em 1919.

Cabe destacar duas ideias de Wilson para um mundo mais pacífico: 1) promoção da democracia e da autodeterminação, “que tem por base a convicção liberal de que

* Professor do PPG/Fil/PUCRS. E-mail: abavaresco@puers.br

¹ Este texto é uma resenha de capítulo do livro de JACKSON, Robert e SORENSEN, Georg. *Introdução às relações internacionais. Teorias e abordagens*. Trad. Bárbara Duarte. Rio de Janeiro: Zahar, 2003. p.

governos democráticos não fazem e não vão à guerra uns contra os outros” (p. 65); 2) criação de uma organização para regular as relações entre os Estados, estabelecendo regras comuns de Direito internacional.

Os idealistas liberais usam uma metáfora para descrever a política tradicional, a *realpolitik*: trata-se de uma selva, onde perambulam animais perigosos em que os fortes e astuciosos dominam. Cabe à Liga das Nações colocar esses animais selvagens em gaiolas como num zoológico.

Norman Angell, um idealista liberal, publicou, em 1919, o livro *The Great Illusion*, em que afirma que muitos políticos ainda acreditam que a guerra serve para propósitos lucrativos e que seu sucesso é benéfico para o vencedor. Porém, a realidade é exatamente oposta, porque “nos tempos modernos, a conquista territorial é bastante custosa e desagregadora politicamente, abalando o comércio internacional” (p. 66). O pensamento de Wilson e Angell está fundamentado numa visão liberal dos seres humanos e da sociedade. De certa forma, esse idealismo liberal foi bem sucedido com a criação da Liga das Nações e as medidas tomadas pelas grandes potências para assegurar a paz. Porém, esse idealismo utópico e a democracia liberal de 1920 e 30 sofreram duros golpes com o crescimento das ditaduras nazista e fascista na Alemanha, Itália e Espanha, além do autoritarismo que aumentou na Europa central e oriental, tal como na Polônia, Hungria, Romênia e Iugoslávia. A esperança da difusão da civilização democrática não ocorreu, ao contrário, afirmou-se um Estado autocrático, autoritário e militarista.

A Liga das Nações (1920-46) não conseguiu arbitrar as relações entre os Estados. A Alemanha e a Rússia tiveram relações tensas com a Liga. Por exemplo, a Alemanha juntou-se a Liga em 1926 e a abandonou em 1930. O Japão também deixou a organização para levar à frente a guerra contra Manchúria. A Rússia entrou em 1934, porém, foi expulsa em 1940 por causa da guerra contra a Finlândia. E o fato mais contraditório “foi a recusa do senado dos Estados Unidos de ratificar o acordo da Liga” (p. 67).

2. O realismo e os vinte anos de crise

O idealismo liberal não conseguiu dar conta das RI nos anos 1930.

A interdependência não produziu uma cooperação pacífica; e a Liga das Nações ficou impotente diante da política de poder expansionista de regimes autoritários na Alemanha, na Itália e no Japão. O pensamento acadêmico de RI começou a falar a linguagem realista clássica de Tucídides, Maquiavel e Hobbes, na qual o poder é o elemento central (p. 69).

Os teóricos realistas opõem-se ao idealismo liberal: o britânico E. H. Carr defende, em *Vinte anos de crise* (1964), que nas RI há intensos conflitos de interesses que envolvem muito mais a rivalidade do que a cooperação. O alemão Hans J. Morgenthau, que fugiu do regime nazista e se radicou nos Estados Unidos, escreveu *Política entre as nações: a luta pelo poder e pela paz* (1948). Ele entende que (1) a *natureza humana* é o ponto de partida para as análises das RI, pois os seres humanos buscam seus próprios interesses e poder, daí se aplica que nas RI as agressões ocorram facilmente. Einstein e Freud apoiam teoricamente esta tese de que haveria “um desejo humano pelo ódio e pela destruição”. Esse impulso agressivo, para Freud, seria difícil de controlá-lo. (2) *A luta pelo poder* é o propósito imediato das RI. “Não há um governo mundial, mas um sistema de Estados armados e soberanos que se enfrentam. A política mundial é uma anarquia internacional” (p. 71).

A solução para os realistas é a criação de um poder contraposto como preparação para a defesa nacional e a dissuasão de potenciais agressores. Essa balança de poder acredita que não é possível reorganizar a “selva” num “zoológico”, uma vez que os animais mais fortes não se deixam capturar numa jaula. O exemplo disso é ilustrado no caso da 2ª Guerra Mundial. A Alemanha não se deixou enjaular pela Liga. Talvez isso teria sido evitado através de uma política externa realista com base no princípio do poder contraposto. Então, “as negociações e a diplomacia por si só não são capazes de alcançar a segurança e a sobrevivência na política mundial” (p. 72).

(3) A visão cíclica da história é uma outra característica da abordagem realista nas RI. Ao invés da evolução qualitativa segundo a visão otimista da crença liberal, o realismo enfatiza a continuidade e a repetição, ou seja, cada nova geração tende a cometer o mesmo erro das gerações anteriores. Por isso, os países deverão cuidar da segurança e preparar-se para a guerra, para manter o equilíbrio entre os Estados soberanos. Enfim, o realismo de Carr e Morgenthau “associa uma visão pessimista da natureza humana a uma noção de política de poder entre os Estados, presente na anarquia internacional” (p. 73).

No entender dos autores, o debate entre o liberalismo utópico dos anos 1920 e o realismo de 1930 a 1950 foi vencido por Carr e Morgenthau, pois “a lógica do realismo prevaleceu nas relações internacionais não somente entre os acadêmicos, mas também entre políticos e diplomatas” (p. 74), e o realismo como a melhor abordagem para compreender a situação.

O primeiro grande debate das RI

<i>Liberalismo utópico</i>		<i>Resposta realista</i>
Anos 1920		Anos 1930-1950
Foco	←————→	Foco
* Direito internacional		* Política de poder
* Organização internacional		* Segurança
* Interdependência		* Agressão
* Cooperação		* Conflito
* Paz		* Guerra (Quadro, p. 73)

3. Behaviorismo nas RI

Esse debate envolve questões de metodologia, ou seja, aplicar o método científico para analisar as RI. Para os behavioristas, os fatos estão separados dos valores e o que se pode estudar são os fatos. Eles querem estabelecer leis científicas para explicar as RI. Após a 2ª Guerra Mundial, os behavioristas, a maioria americanos, dominam os estudos nesta linha quantitativa científicista. Essa linha teórica provocou novas visões formuladas pelo neorealismo e neoliberalismo.

Segundo debate das RI

<i>Abordagens tradicionais</i>		<i>Resposta behaviorista</i>
Foco		Foco
Entendimento	←————→	Explicação
* Normas e valores		* Hipótese
* Julgamento		* Acervo de dados
* Conhecimento histórico		* Conhecimento científico
* Teórico dentro do assunto		* Teórico fora do assunto (Quadro, p. 78)

4 – Neoliberalismo: Instituições e interdependência

Nos anos 1950, 60 e 70, as relações internacionais envolvem comércio, investimentos, viagens, comunicação, intercâmbio cultural e transações entre fronteiras. Durante os anos 1950 e 60, a Europa ocidental e o Japão desenvolveram os Estados de bem-estar com consumo de massa, assim como os Estados Unidos já haviam implementado antes da guerra. Os autores caracterizam quatro tipos de neoliberalismo:

a) *Liberalismo sociológico*, que acentua o impacto das atividades transnacionais entre os Estados criando relações de cooperação e valores comuns (Karl Deutsch).

b) *Liberalismo de interdependência* – Nos anos 1970, Robert Keohane e Joseph Nye expõem a complexa interdependência entre os Estados, ou seja, há conexões entre as sociedades, corporações de negócios, atores que não colocam na sua agenda o conflito violento.

c) *Liberalismo institucional* – Crescendo a interdependência entre os Estados crescem também as instituições internacionais. Temos assim, a OMC, a UE, a OCDE. Keohane e Oran Young pesquisam sobre este liberalismo.

d) *Liberalismo republicano* – Reafirma-se a ideia de que as democracias liberais favorecem a paz e não a guerra entre os Estados. Michael Doyle (1983) entende que a paz democrática baseia-se na (i) resolução pacífica de conflitos entre Estados democráticos; (ii) há valores comuns entre Estados democráticos; (iii) há cooperação econômica entre democracias.

Neoliberalismo: progresso e cooperação

Liberalismo sociológico	Fluxos transnacionais, valores comuns
Liberalismo de interdependência	Transações estimulam a cooperação
Liberalismo institucional	Regimes, instituições internacionais
Liberalismo republicano	Democracias liberais vivendo em paz umas com as outras (Quadro, p. 81)

5. Neorealismo: bipolaridade e confronto

A partir do livro *Teoria da política internacional* (1979), Kenneth Waltz pensa o sistema internacional como uma estrutura anárquica, em que não existe um governo central. Os Estados são unidades semelhantes nas suas funções governamentais como a defesa nacional, cobrar impostos e regular a economia. Eles são diferentes na questão

do poder relativo. O sistema internacional após a 2ª Guerra Mundial foi dominado por duas potências: os Estados Unidos e a União Soviética, formando um sistema bipolar. Com o fim da União Soviética, adveio um sistema multipolar, sendo, porém, os Estados Unidos o poder predominante.

Waltz distancia-se do discurso realista clássico baseado na natureza humana sendo má, causando, por isso, o conflito e o confronto. A busca de poder e segurança não são motivadas pela natureza humana, mas pela própria estrutura do sistema internacional. Nos anos 1980, a teoria neorrealista entende que não se trata mais de conflito armado entre as democracias, mas de ‘guerras de comércio’ entre os Estados centrados em seus próprios interesses.

Há uma aproximação entre os neoliberais e neorrealistas, durante os anos 1980, “o de que os Estados são os principais atores no ambiente, que ainda é uma anarquia internacional, e cuidam sempre de seus melhores interesses” (p. 83). Por exemplo, Robert Keohane (1986) tentou sintetizar o neorrealismo e o neoliberalismo, porém, o debate continua.

6. Sociedade internacional: a escola inglesa

Nos anos 1990, após o fim da guerra fria, diminui a predominância dos teóricos americanos em RI. O estudo da Sociedade Internacional (SI) é chamada, por alguns, de escola inglesa, porém ela é formada por teóricos não só do Reino Unido, mas da Austrália, Canadá e África do Sul. Cabe destacar dois estudiosos da SI: Martin Wight (britânico) e Hedley Bull (australiano).

Os teóricos da SI afirmam que o Estado é uma combinação de *Machtstaat* (Estado de poder) e um *Rechtsstaat* (Estado de direito), ou seja, o poder e a lei são importantes nas RI. Eles reconhecem a importância dos indivíduos e das ONGs e OIs (Organizações internacionais) nas relações transnacionais. Eles criticam tanto as teses liberais como realistas e reconhecem que “as regras e as normas por si mesmas não podem garantir a cooperação e a harmonia internacional; o poder e a balança do poder ainda permanecem de maneira bastante sólida na sociedade anárquica” (p. 86).

O sistema das Nações Unidas (ONU) é um exemplo de que o poder e as leis estão, ao mesmo tempo, presentes na SI. O Conselho de Segurança é organizado conforme a realidade de poder desigual entre os Estados. Os Estados permanentes

(Estados Unidos, China, Rússia, Grã-Bretanha e França), que participam do Conselho de Segurança, têm o poder de veto. Esse é o poder realista e o elemento de desigualdade na SI. A Assembleia Geral é estabelecida segundo o princípio da igualdade internacional, pois todo o Estado membro é legalmente igual aos outros, tendo um voto, prevalecendo a maioria nas votações.

A ONU, a partir da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), promove uma estrutura humanitária, definindo direitos fundamentais, civis, políticos, econômicos e culturais para viver com dignidade. Os estadistas têm a responsabilidade de respeitar e defender os direitos humanos. Para os estudiosos da SI, “as RI são um campo de relações humanas, um terreno normativo que não pode ser entendido de forma objetiva. RI é entender, não explicar; envolve exercício de julgamento” (p. 88). Eles reconhecem nas RI elementos tanto realistas como liberais, pois há conflito e cooperação, Estados e indivíduos, sendo necessário “realizar um estudo holístico dos problemas e dilemas dessa complexa situação” (p. 89).

Sociedade internacional (escola inglesa)

Enfoque metodológico

* Entendimento

* Julgamento

* Valores e normas

* Conhecimento histórico (Quadro, p. 88)

Principais elementos no SI

1. Poder, interesse nacional (elemento realista)

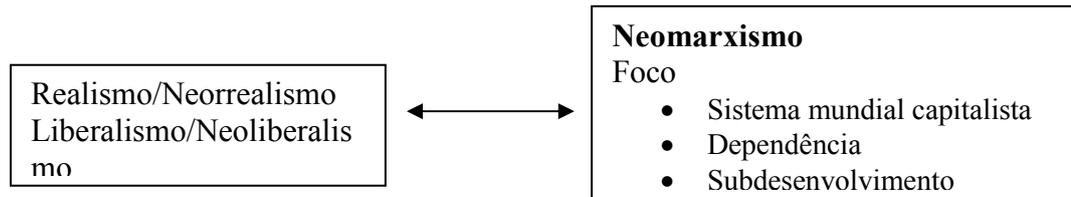
2. Regras, procedimentos, direito internacional (elemento liberal)

3. Direitos humanos universais, um mundo para todos (elemento cosmopolita)

7. Economia Política Internacional (EPI)

Esse debate em RI trata da riqueza e pobreza internacional. Trata-se de uma crítica neomarxista da economia mundial capitalista e as repostas da EPI liberal e realista. O conceito de dependência é central para a EPI, pois os países pobres foram expropriados pelos Estados ricos.

A EPI coloca questões importantes face à globalização econômica: Será que esse fato enfraquece as economias nacionais? Quem ganha e perde nesse processo?



8. Vozes dissidentes: uma abordagem alternativa de RI

A abordagem alternativa denomina-se pós-positivista e se manifesta em várias linhas, tais como teoria crítica, sociologia histórica, feminista e leitura pós-moderna em RI.

Conclusão

Em resumo, “o pensamento de RI se desenvolveu em estágios diferentes marcados por debates específicos entre grupos acadêmicos”, sendo que “o primeiro grande debate foi entre o liberalismo utópico e o realismo; o segundo debate focou o método, e se dividiu entre as abordagens tradicionais e a behaviorista”; além disso, “o terceiro debate polarizou o neorealismo/neoliberalismo e o neomarxismo; e um quarto debate, as tradições consagradas e alternativas pós-positivistas” (p. 97). São aspectos importantes, que devem ser analisados.

Bibliografia

JACKSON, Robert e SORENSEN, Georg. *Introdução às relações internacionais. Teorias e abordagens*. Trad. Bárbara Duarte. Rio de Janeiro: Zahar, 2003. p. 59-100.

Artigo recebido em dezembro de 2011
Artigo aceito para publicação em janeiro de 2012